

O HABITAT E O HABITAR PERIFÉRICO: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DE MULHERES DO MCMV (SESSÃO TEMÁTICA)

Luanda Vannuchi

luandvanucchi@gmail.com

Jean Legroux

Instituição | E-mail

Sessão Temática 7: Política habitacional e direito à moradia

Resumo: O presente trabalho analisa as práticas e as representações do habitar, no sentido da apropriação da moradia em si, do habitat, e da cidade por mulheres moradoras de conjuntos habitacionais periféricos na Região Metropolitana de São Paulo, a partir de grupos focais realizados em empreendimentos do Minha Casa Minha Vida (MCMV) nos distritos de Cidade Tiradentes, zona leste de São Paulo, e Pimentas, na periferia de Guarulhos. Nossa análise baseia-se nas perspectivas de moradoras de dois empreendimentos destinados a Faixa 1, porém realizados a partir de modalidades distintas do PMCMV: FAR e Entidades, diferença que permite uma análise comparativa sobre que formas de relação com a cidade e de apropriação do habitat são fomentadas pelas distintas modalidades de política habitacional. Pretende-se uma reflexão a partir de diversas premissas teóricas sobre o conceito de habitar, dentre elas a ideia de ser da cidade e de estar na cidade, levando a uma concepção ampla do habitar, muito para além da moradia em si.

Palavras-chave: São Paulo; Habitar; Habitat; Minha Casa Minha Vida; Grupo focal.

PERIPHERAL HABITAT AND INHABITING: PRACTICES AND REPRESENTATIONS OF WOMEN OF THE MCMV PROGRAM

Abstract: *This study analyzes the practices and representations of inhabiting, focusing on the appropriation of housing itself, the habitat, and the city by women living in peripheral housing complexes in the São Paulo Metropolitan Region. The analysis is based on focus groups conducted in developments of the Minha Casa Minha Vida (MCMV) program located in Cidade Tiradentes, in São Paulo's eastern zone, and Pimentas, on the outskirts of Guarulhos. Our analysis draws from the perspectives of residents in two developments intended for Tier 1, implemented under two distinct modalities of the MCMV program: FAR and Entities. This difference enables a comparative analysis of how different housing policy modalities promote specific forms of relationship with the city and appropriation of the habitat. The study seeks to reflect on various theoretical premises about the concept of inhabiting, including the ideas of being of the city and being in the city, leading to a broader conception of inhabiting that goes far beyond housing itself.*

Keywords: *São Paulo, housing; Inhabitation; Minha Casa Minha Vida; Focus group.*

EL HÁBITAT Y EL HABITAR PERIFÉRICO: PRÁCTICAS Y REPRESENTACIONES DE MUJERES DEL MCMV

Resumen: *El presente artículo analiza las prácticas y las representaciones del habitar, en el sentido de la apropiación del alojamiento en sí, del hábitat, y de la ciudad, por mujeres que habitan en conjuntos residenciales periféricos de la Región Metropolitana de São Paulo, a partir de grupos focales realizados en proyectos inmobiliarios del Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) en los distritos Cidade Tiradentes, en la Zona Este de São Paulo, y de Pimentas, en la periferia del municipio de Guarulhos. Nuestro análisis se apoya en las perspectivas de mujeres que residen en dos conjuntos de viviendas destinados a la "Franja 1", pero realizados a partir de diferentes modalidades del PMCMV: FAR y Entidades; diferencia que permite un análisis comparativo sobre qué formas de relación con la ciudad y de apropiación del hábitat son fomentadas por las distintas modalidades de política habitacional. Se pretende una reflexión a partir de diversas premisas teóricas sobre el concepto de habitar, entre ellas la idea de ser de la ciudad y de estar en la ciudad, llevando a una concepción amplia del habitar, mucho más allá de la vivienda en sí.*

Palabras clave: *São Paulo; Hábitat; Habitar; Minha Casa Minha Vida; Grupo focal.*

INTRODUÇÃO

O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), desde a sua implantação em 2009, tem sido objeto de inúmeros estudos e análises de diversas disciplinas científicas. Maior política habitacional de acesso à moradia de todos os tempos no Brasil, o MCMV tem proporcionado o acesso à casa própria para inúmeras famílias. Entretanto, para as populações mais vulneráveis, o acesso à casa própria tem significado uma (re)localização, via de regra, em áreas periféricas das cidades.

O presente texto visa analisar os discursos e as práticas do habitar – entendido de forma ampla – de mulheres moradoras de conjuntos habitacionais verticais periféricos na Região Metropolitana de São Paulo, a partir de grupos focais realizados em empreendimentos do Minha Casa Minha Vida (MCMV) em Cidade Tiradentes, zona leste de São Paulo, e Pimentas, na periferia de Guarulhos.

Na continuidade de trabalhos anteriores sobre esses territórios (Cruz; Legroux, 2021; 2023), o nosso ponto de partida baseia-se na reflexão entre “o ser da cidade e o estar na cidade” (Baby-Collin, 2002), isto é, a questão do habitar através: i) da moradia e do habitat, como base para o desenvolvimento de outras práticas espaciais do cotidiano; ii) a possibilidade de circular, acessar e de apropriar-se da cidade como um todo; iii) o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento à cidade e de identidades múltiplas, para além do local de moradia.

Os dois distritos periféricos escolhidos respondem, por um lado, à uma definição clássica de periferia, isto é, espacialmente situados em territórios distantes do centro, historicamente desprovidos de infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos, e socialmente marcados pela violência, a pobreza e um acesso limitado à cidade como um todo. Esse “paradigma da ausência” (Fernandes *et al.*, 2023) ainda se verifica em diversos aspectos nesses territórios, que, ao mesmo tempo, como tem ocorrido com as periferias urbanas em geral, vêm cada vez mais sendo analisados também sob o que pode ser chamado de “paradigma da potência”, em leituras que consideram sua diversidade e complexidade (D’Andrea, 2022). Nesse último sentido, cabe destacar que tanto Cidade Tiradentes quanto Pimentas receberam, nas duas últimas décadas, inúmeros investimentos públicos em termos de habitação, de mobilidade, de infraestruturas urbanas, serviços públicos de saúde, educação e cultura, e também de espaços públicos.

Por um lado, a questão do “estar na cidade” começa com o acesso a uma moradia, o que – tendo em conta as experiências urbanas dos cidadãos que nos emprestam suas vozes, narrativas e representações – é frequentemente uma questão problemática para quem se encontra em uma “condição urbana periférica” (Sposito, 2024). A ilegalidade, a precariedade ou a falta de moradia marcam as experiências urbanas nas periferias. O “estar na cidade”, a partir do habitat, é também relacionado à mobilidade e a possibilidade de circular em diversos espaços da cidade, o que também é menos evidente em contextos periféricos, tanto pela

insuficiência de meios de transportes públicos e privados, quanto pelas distâncias, ou ainda pelas condições econômicas. Por outro lado, o “ser da cidade” corresponderia mais à uma dimensão simbólica de sentir-se parte dela, e à apropriação da cidade como um todo.

Nossa análise baseia-se nas perspectivas de moradoras de dois empreendimentos destinados a Faixa 1, porém realizados a partir de modalidades distintas do MCMV. O Residencial Esplanada, no Pimentas, foi realizado por meio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), em que empresas projetam e constroem os empreendimentos, que são destinados à demanda indicada pelo município. Já os conjuntos Florestan Fernandes e José Maria Amaral, em Cidade Tiradentes, são parte de um mesmo empreendimento realizado pelo MCMV Entidades, em que organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, como associações ligadas a movimentos de luta pela moradia, assumem a responsabilidade pela gestão dos projetos habitacionais e pela seleção dos moradores. Essa diferença permite uma análise comparativa que reflete também sobre que formas de relação com a cidade e de apropriação da moradia são fomentadas pelas distintas modalidades de política habitacional. Nossa hipótese principal é que essas duas modalidades acabam engendrando formas distintas de habitar tanto o conjunto habitacional quanto a cidade.

DO HABITAT AO HABITAR: ELEMENTOS DE MÉTODO PARA A ANÁLISE DE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DE MORADORAS DO MCMV

Lançado em 2009 pelo governo federal, o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) contratou, até hoje, cerca de 7,7 milhões de unidades habitacionais no país¹. Sua importância se reflete também nos inúmeros estudos que têm tratado, desde então, de analisar os efeitos do programa em diferentes campos, como seu impacto na economia (Junior *et al.*, 2014; Drum, 2010) e sua participação na redução do déficit habitacional histórica brasileiro (Vasconcelos; Camilo, 2023; Baraveli, 2015). Outras análises têm elencado uma série de críticas, com relação às possibilidades do programa MCMV na efetivação do direito à moradia adequada (Vannuchi *et al.*, 2015; Rolnik *et al.*, 2015a), à inserção urbana inadequada dos conjuntos (Nisida *et al.*, 2015) e o processo de periferização da habitação financiada pelo programa, que acaba reproduzindo a clássica segregação socioespacial, ao construir os empreendimentos em áreas onde o preço da terra é mais barata (Rolnik *et al.*, 2015b; Dourado; Sobrinho, 2020). Outras críticas, principalmente no que diz respeito aos empreendimentos do “MCMV Faixa 1” apontam deficiências e a baixa qualidade em termos construtivos.

Ainda assim, é inegável que o acesso à casa própria através de políticas de moradia representa uma conquista para as classes populares – em particular para as famílias que não

¹<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/minha-casa-minha-vida-completa-15-anos-abrindo-portas-para-novos-sonhos-de-conquista-da-casa-propria>

tinham condição de arcar com o custo do aluguel, ou que, excluídas do mercado formal da habitação, moravam em áreas ilegais, muitas delas de forma precária. Em inúmeras narrativas de habitantes que foram beneficiados pelo programa MCMV, para quem morava em ocupações e favelas, o acesso à casa própria significou tanto uma melhoria do ponto de vista da moradia, quanto uma consolidação de sua cidadania: ter um endereço para receber correio, procurar emprego, postular a outros tipos de direitos, por exemplo (Rolnik *et al*, 2015a; Vannuchi *et al.*, 2015).

Sem negar essas afirmações, nosso objetivo é pensar a questão do habitar, para além do habitat em si (a moradia, o apartamento etc.). O habitat representa o acesso a um espaço privado, de intimidade, como base da vida cotidiana e da reprodução da vida, e entendido como ponto de partida para outros espaços, práticas e escalas. Não obstante, “o habitat transborda a moradia” (Paquot, 2005, p.52), isto é, ele “é extensível” para além da unidade habitacional em si: o espaço do condomínio, do prédio, da rua, dos espaços públicos próximos, do bairro, por exemplo. Nessa linha de raciocínio na qual o “habitat não é a moradia” (Lussault, 2007, p.36), podemos inferir que a questão da moradia e da localização residencial são insuficientes para explicar tanto o habitat quanto o habitar.

Nos estudos urbanos e na geografia urbana, a escala da moradia em si e da localização residencial (que implica a inserção e a vida em um bairro) foram frequentemente sobrevalorizadas, deixando de lado a complexidade das espacialidades, significações e imaginários que conformam as diferentes experiências do habitar. Assim para Imilán, Jirón e Iturra, segundo os quais a questão do habitar deve ser compreendida “para além do bairro”, (2015, p.92, tradução própria): “a antropologia urbana latino-americana foi uma apologista da vida de bairro”, ou seja, demasiadamente centrada nas relações e na vida no ambiente imediato da moradia. Enquanto conceito, o habitar - conjuntamente com aquele de “habitante” - pode ser entendido como fato antropológico, isto é, como a necessidade humana de se apropriar de um espaço para morar e organizar a vida, e não como uma mera função da cidade - junto com o trabalho, a mobilidade, o consumo etc, na filosofia funcionalista da Carta de Atenas (1941). Habitar significa, também, “estar no mundo” e dar sentido à vida e às práticas espaciais cotidianas. Nas palavras de Lefebvre:

O habitar, na sua essência, é poético. É um traço fundamental da condição humana, e não uma forma acidental ou uma função determinada [...]

A habitação, a moradia, o fato de fixar-se ao solo (ou de se desprender dele) o fato de se enraizar (ou de se desenraizar), o fato de viver aqui ou ali (e conseqüentemente o fato de partir, de ir para uma outra parte), esses fatos e esse conjunto de fatos são inerentes ao ser humano. (Lefebvre, 1971, p. 154).

Naquelas de Imilán, Jirón e Iturra (2015, p.88, tradução própria):

A pergunta “como se habita” tem um verdadeiro fundo antropológico. Habitar implica compreender não somente como os sujeitos vivem, mas, ainda mais, a experiência espacial nas suas vidas cotidianas e os efeitos que ela tem na formação das identidades.

Dialogando com reflexões sobre o conceito de “cidadinidade” (Gervais-Lambony, 2001), a reflexão sobre “o ser da cidade e o estar na cidade” (Baby-Collin, 2002) pressupõe que o pleno usufruto e apropriação da cidade (ou da vida na cidade) necessita: i) de um lugar, uma moradia, a partir da qual vão se desenvolver outras práticas espaciais da vida cotidiana, ii) que se tenha a possibilidade de circular e acessar a cidade como um todo. Nesse sentido, por um lado, “estar na cidade” remete mais às práticas espaciais, muito para além do habitat. Em outras palavras, habitar é também se deslocar, ter relações sociais, trabalhar, consumir, estudar, pensar, circular, flunar, apropriar-se. Na obra coletiva *Vies Citadines* (Dorier-Apprill; Gervais-Lambony, 2007), os autores abordam a questão do habitar com categorias interessantes, como “ancorar-se”, “desviar”, “festejar”, mover-se. Por outro lado, “ser da cidade” remete ao sentimento de pertencimento, às identidades construídas a partir do grau de apropriação da vida na cidade. Assim, o “estar na cidade” é associado às práticas enquanto o “ser da cidade” pode ser considerado como derivado das representações.

Seguindo De Cauna (2003), o espaço vivido e representado são elementos capazes de fornecer uma compreensão do conceito de habitar. Para ele, enquanto os sociólogos colocaram o acento sobre a dimensão social do espaço, os filósofos se focalizaram mais sobre a dimensão espiritual da relação com o lugar: “*Brevemente, os herdeiros de Lefebvre nós falamos do habitar como inscrição do homem na sociedade, ao passo que os herdeiros de Heidegger significam o habitar como uma inscrição do homem no mundo*” (De Cauna, 2003, p.139). Na literatura brasileira recente, encontramos esses diferentes enfoques - que, ao nosso ver, não são contraditórios, e sim complementares - por exemplo, com Pádua (2019), que se baseia em Lefebvre no seu artigo “o habitar como horizonte utópico”, por um lado, e, Batista (2021), cuja reflexão se pauta mais em Heidegger.

Por um lado, especialmente na geografia, entendida como o estudo das interações entre o homem e a natureza e da vida em sociedade, pensar o “habitar” e o “habitante” não pode permanecer confinado ao espaço privado, porque implica ações, interações e representações que implicam a vida em sociedade (Lévy; Lussault, 2003, p.442). Por outro lado, “*a maneira de habitar, o modo ou as modalidades do habitar se expressam na linguagem*” (Lefebvre, 1970, p.164). No capítulo “Introduction à l’étude de l’habitat pavillonnaire”, o filósofo ainda assevera que “*apenas a entrevista não-direcionada pode atingir o habitat*” (Lefebvre, 1970, p.168). Pelo que descreve nas linhas seguintes, entende-se que a entrevista deve conter a menor quantidade possível de perguntas, deixando o mais livre possível expressão do entrevistado. A metodologia do Grupo Focal, que descrevemos na próxima seção do texto, ao nosso ver, é um procedimento metodológico que também permite uma apreensão que, embora nunca completa, pode ser bastante satisfatória para o estudo da questão do habitar. De fato, o Grupo Focal é construído com poucas perguntas, deixando o máximo de espaço às narrativas que se colocam em debate.

Para analisar as narrativas de habitantes de territórios periféricos, adaptamos categorias analíticas propostas por Henri Lefebvre em 1966, no contexto do estudo de bairros

horizontais nos “subúrbios” à francesa. Trata-se de: a) **a apropriação da moradia em si** - que estenderemos à vizinhança próxima (por exemplo: o espaço do prédio e do condomínio fechado, no caso de um apartamento, ou a rua, no caso de uma casa); b) **a utopia** em relação a este tipo de habitat, a partir da pergunta “o que os habitantes que vivem neste tipo de habitat esperam dele?”, para analisar os imaginários e significados que emergem das narrativas - por exemplo, o sonho da propriedade, da presença da natureza, da privacidade e intimidade, da tranquilidade, da segurança etc; c) **a ideologia do habitar**, isto é, um conjunto de representações que justificam e/ou criticam e rejeitam determinado tipo de habitat (e por tanto, determinados modo de vida).

ÁREAS DE ESTUDO

Cidades Tiradentes, no extremo leste do município de São Paulo, e o distrito dos Pimentas, na periferia de Guarulhos, são dois exemplos emblemáticos da urbanização periférica na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Ambas as áreas refletem os desafios e contradições da política habitacional brasileira, mesclando grandes iniciativas públicas de moradia e processos de ocupação informal, que configuram cenários complexos de urbanização incompleta e desigualdade socioespacial.

Cidade Tiradentes, situada a cerca de 35 quilômetros do centro de São Paulo, é conhecida por abrigar o maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina. Construído principalmente entre as décadas de 1960 e 1990 pela Cohab-SP e CDHU. No entanto, a localização distante e a precariedade inicial de infraestrutura e serviços urbanos resultaram em um ambiente mal articulado com o restante da cidade, marcado pelo isolamento.

O distrito dos Pimentas, no extremo sudeste de Guarulhos, está a cerca de 16 quilômetros do centro do município e, igualmente, a cerca de 35 quilômetros do centro de São Paulo. Com uma população estimada em 400.000 habitantes, representa um mosaico habitacional diverso, formado por conjuntos habitacionais populares, loteamentos irregulares e ocupações recentes.

Ambas as áreas compartilham características de precariedade estrutural e dificuldades de integração ao tecido urbano e, são por isso reconhecidas como “hiperperiferias” (Torres e Marques, 2001), “periferias da periferia” (Fuster-farfán, Ruiz, Henry, 2023; Gama, 2009), “periferias dentro da periferia” (Cruz e Legroux, 2021), ou que, ainda, podem ser caracterizadas pela sua “condição urbana hiper-periférica” (Legroux e Sposito, 2024). A ausência de planejamento adequado para atender à crescente demanda habitacional resultou em ocupações irregulares, desprovidas de infraestrutura básica, saneamento e acesso a serviços essenciais. E apesar de avanços nas últimas décadas, a mobilidade urbana mantém-se como um desafio crítico, com longas distâncias e transporte coletivo ineficiente que dificultam o acesso a empregos e serviços nas áreas centrais da metrópole.

Ainda assim, as duas áreas sofreram transformações importantes no sentido da sua consolidação. Não são mais consideradas cidades dormitórios ou áreas desprovidas de serviços, ao contrário. A chegada de uma diversidade de equipamentos públicos e serviços privados transformou Cidade Tiradentes e Pimentas em periferias mais consolidadas, com heterogeneidade funcional e subcentralidades que abrigam equipamentos públicos importantes e centros comerciais de grande porte. É já nesse contexto diverso que ambos os distritos vão receber uma quantidade importante de empreendimentos do MCMV a partir de 2009, o que é abordado na próxima seção.

EMPREENHIMENTOS E MODALIDADES DO MCMV

Como mencionado na introdução, os empreendimentos onde foram realizados os grupos focais para esta pesquisa são ambos destinados à Faixa 1, mas produzidos por modalidades distintas do MCMV.

O Residencial Esplanada, no Pimentas, foi produzido na modalidade FAR, em que aquisição do terreno, projeto e execução da obra ficam a cargo de empresas selecionadas por meio de chamamento da Caixa Econômica Federal. Uma vez prontas, as moradias são entregues a famílias selecionadas pelo município, que podem ser aquelas inscritas nos programas municipais de habitação, ou ainda famílias retiradas de áreas de risco ou removidas por outras razões. As famílias beneficiárias pagam ao longo de 10 anos uma prestação reduzida e, ao final desse período, têm a titularidade da moradia.

O Esplanada possui 500 unidades habitacionais divididas em 13 blocos com 3 andares (mais o térreo), localizado em frente ao CEU Pimentas e ao campus da Unifesp Guarulhos, cerca de 400 metros de distância do Terminal Pimentas. Trata-se de um empreendimento padrão do MCMV na Faixa 1, com um mesmo projeto edifício repetido em todos os blocos, estacionamento e poucas áreas comuns (uma quadra e um parquinho).

Os conjuntos José Maria Amaral e Florestan Fernandes, por sua vez, são parte de um mesmo empreendimento construído por meio do MCMV-Entidades pelo Movimento Sem Terra Leste 1 em parceria com a assessoria técnica Ambiente por meio de um sistema de mutirão e autogestão. Nesta modalidade, os moradores são indicados pela entidade organizadora, e também podem ser demandadas contrapartidas para apoiar tanto a aquisição do terreno, quanto trâmites burocráticos ou mesmo a execução da obra.

Localizados em Cidade Tiradentes, os conjuntos possuem, cada um, 198 unidades habitacionais divididas em 4 edifícios com entre 8 e 15 andares, totalizando 8 edifícios e 396 apartamentos. Trata-se de uma implantação em um terreno com considerável declividade, com desenhos específicos para cada edifício, implantados em um lote que foi desdobrado em dois por razões técnicas e em virtude do tamanho da área (Jesus, 2015). As unidades habitacionais têm 58 m² de área útil.

O terreno foi comprado em 2010 e a contratação da obra ocorreu apenas em 2013. Com previsão inicial de entrega para 2015, a obra sofreu inúmeros atrasos, especialmente a partir de 2016, quando o golpe parlamentar e a mudança de gestão no governo federal significou cortes no orçamento do MCMV e a obra deixou de receber os repasses necessários para sua finalização. No momento de realização do grupo focal, em 2023, as obras estavam 97% concluídas, com a maioria dos prédios ainda sem elevadores em funcionamento e faltam acabamentos. Ainda assim, a obra avançou muito em função de investimentos realizados pelos próprios beneficiários e os apartamentos já estavam ocupados há alguns anos.

METODOLOGIA DOS GRUPOS FOCAIS

Grupo focal é uma metodologia de pesquisa voltada à escuta dos sujeitos sociais e que busca captar opiniões e narrativas que circulam no meio social estudado. É operacionalizada por meio de uma reunião de pessoas convidadas segundo um ou mais critérios específicos, que debatem livremente entre si a partir de questões pontuais levantadas por uma pessoa externa, a cargo da mediação. Diferente de uma entrevista convencional, e também de uma entrevista grupal (Neto *et al.*, 2022) em que as respostas podem variar enormemente mesmo entre respondentes de um grupo consideravelmente homogêneo, o grupo focal tem por propósito acessar um ponto de vista que se constrói coletivamente a partir da *fala em debate* de seus ou suas participantes (Cruz Neto *et al.*, 2006; Neto *et al.*, 2022). Nesta fala em debate, evidenciam-se os consensos e dissensos que se constroem no grupo e, ao passo que concordâncias e complementações se combinam para validar publicamente falas de participantes, posicionamentos discordantes ou contraditórios sinalizam complexidades próprias dos contextos que se pretende compreender.

A realização de grupos focais pode ter diferentes papéis em uma pesquisa: pode ser utilizado em uma etapa exploratória, como uma primeira forma de se obter um conjunto de leituras que mais tarde deverão ser aprofundadas por meio de entrevistas e/ou outros procedimentos metodológicos. Pode ser um mecanismo de controle e verificação de dados coletados anteriormente por meio de outras metodologias. E pode também, evidentemente, ser a metodologia principal de uma investigação que tem por objetivo conhecer as percepções do grupo participante sobre uma dada realidade experimentada socialmente. Esta última é a principal razão para o uso do grupo focal neste trabalho.

No contexto amplo do projeto de pesquisa do qual deriva este trabalho, optou-se pela realização dos grupos focais apenas com mulheres, escolha que considerou a evolução no Brasil do número de mulheres como chefe de domicílio e a prioridade do programa habitacional em conceder a titulação da casa às mulheres. Também levou-se em conta a predominância de mulheres na participação do déficit e inadequação habitacional brasileira, isto é, no fato demonstrado pelos indicadores de que o déficit habitacional brasileiro é principalmente feminino (Lacerda, Guerreiro e Santoro, 2021; FJP, 2021). Esta opção também

considerou que, para a boa realização de um grupo focal, é necessário preservar certa identidade comum entre as participantes do grupo (que pode ser de gênero, condição social ou etária), não como meio de fugir ao contraditório, mas para evitar, na medida do possível, que algumas vozes se sobreponham ou mesmo silenciem outras vozes. Assim, é frequente a realização de grupos com apenas um dos gêneros, ou de evitar, por exemplo, misturar grupos sociais muito diferentes (Neto *et al.*, 2022).

Quanto aos dois grupos focais analisados para esse trabalho, observa-se que o roteiro utilizado foi o mesmo, embora ambos tenham sido conduzidos em momentos diferentes e mediados por pessoas diferentes. As perguntas bases para ativar o grupo partiam da apresentação das participantes, que deveria incluir a informação sobre onde e como vivia antes de chegar ao conjunto, seguida por questões sobre os aspectos negativos e positivos de se morar ali. Considerando as também presentes (e inevitáveis) diferenças de personalidade e experiência entre as participantes dos dois grupos, na prática isso significa que um mesmo conjunto de questões para o debate foram perseguidas, mas que os resultados foram bastante diferentes. Nesse sentido, a próxima seção resulta de um esforço de debater e relacionar as respostas dos dois grupos a partir de eixos comuns.

HABITAR UM CONJUNTO HABITACIONAL PERIFÉRICO

O ACESSO À CASA PRÓPRIA, A VIDA ANTERIOR E AS TRAJETÓRIAS ATÉ O CONJUNTO RESIDENCIAL

No Residencial Esplanada, no Pimentas, uma parte significativa dos moradores (e a totalidade das moradoras que participaram do grupo focal) vieram de áreas de risco e favelas, tendo acessado o programa habitacional após processos de remoção em que a opção que tiveram, quando tiveram, foi entre a mudança para o conjunto residencial ou uma compensação pífia em dinheiro.

Edilene: (...) A gente só tinha duas opções. O mocinho da Caixa falou "ou vocês vão ou perdem tudo".

Elisângela: A gente não tinha escolha, ou a gente saía de lá ou o caminhão passava por cima do barraco. Foi assim.

Joana: Na verdade ninguém teve opção né! Ninguém teve a opção de falar, assim: "Oh, eu vou querer um terreno, que eu vou lutar para construir, eu vou querer uma casa, eu vou querer..." Eles simplesmente falaram: "É aqui, pronto e acabou. Quer ou não quer?"

As falas das participantes revelam um certo ressentimento de terem sido tratadas, em suas palavras, como "ratos de laboratório". O Esplanada seria uma das primeiras experiências de conjunto que acolheu famílias removidas de diferentes favelas, que foram levadas para lá "às cegas", sem terem podido sequer conhecer com antecedência o empreendimento e os apartamentos para terem certeza se desejavam viver ali. E ainda que alguns blocos do

conjunto tenham concentrado famílias provenientes de um mesmo local, a diluição dos laços comunitários existentes na moradia anterior foi tão irrevogável quanto os conflitos que emergiram da convivência forçada entre um número grande de famílias que não se conheciam e partilhavam, quando muito, do desterro e da vulnerabilidade social.

Nas suas narrativas, as mulheres ilustram um dos *modus operandi* bastante típico da implantação do programa MCMV, isto é, originando-se de uma remoção forçada, sem processo de consulta aos beneficiários, nem em termos de localização da nova moradia, nem em termos de suas características (apartamento ou casa, conjunto fechado ou aberto, tamanho da unidade habitacional). Em outras palavras, o acesso ao Residencial Esplanada significou a perpetuação da segregação imposta, no sentido intuído por Rolnik et.al (2015, p.128):

[...] o programa [MCMV] não levou em conta a dimensão territorial como um aspecto relevante de uma política habitacional orientada para a universalização do acesso à moradia em condições adequadas, tendo negligenciado o enfrentamento do problema da segregação socioespacial em função da renda nas cidades brasileiras”.

Segundo as participantes do grupo focal, os diversos “blocos” acolhem um número significativo de famílias provenientes de sete favelas diferentes, com situações muito díspares, desde famílias que saíram de moradias ultraprecárias em área de risco até aquelas que foram obrigadas a deixar casas bem construídas em comunidades há muito estabelecidas. Outras diferenças são elencadas nas narrativas, nas quais o bloco 2 aparece frequentemente como palco de diversas estratégias de diferenciação: “o bloco 2 teve opção, né!” (Joana), ou ainda: “tem muita gente do bloco 2 que nunca pisou em uma favela. Então nunca vai estar bom o Esplanada” (Edilene). No espelho, estão elas, as mulheres do grupo focal, do mesmo bloco, que se identificam a partir de condições precárias de sua situação anterior em termos de moradia. A trajetória comum a partir de uma situação precária e paupérrima e a falta de opção a que foram submetidas não contribui, de imediato, para a formação de identidades e de um senso de pertencimento comum no novo local de moradia.

Entendemos pelas narrativas que a situação anterior em termos de moradia foi provavelmente mais precária do que outras (mesmo para ex-moradores de favelas), e que a situação econômica delas talvez estivesse também mais precária no período no qual ocorreu a realização desse grupo focal.

Mesmo assim, e apesar de terem sido relatados movimentos de insatisfação entre moradores, o Esplanada é descrito pelas participantes do grupo focal como um melhoramento em relação à sua moradia anterior. A partir das narrativas analisadas, concluímos que o acesso à casa própria é um facilitador da “apropriação da moradia em si”, e que corresponde ao menos a algumas expectativas, principalmente em termos de segurança.

Em primeiro lugar, em comparação à moradia anterior - em muitos casos barracos em beira de córrego, onde diversas participantes relembram a presença de ratos e baratas, a entrada da água e a sensação perene de insegurança - o MCMV representa uma segurança almejada

do ponto de vista da integridade física (riscos e doenças), do medo. Essa segurança é motivo de valorização e apropriação do novo lugar de moradia. Nas palavras de Lucélia: *"Hoje a gente está morando no céu praticamente, porque eu agradeço a Deus, né que... eu me deito com meus filhos e sei que vai chover e a água não vai entrar na minha casa"*. Ao se apresentar também, Joana complementa: *"Porque eu não tenho o que reclamar da minha casa, afinal se não fosse ela, hoje estaria num barraco, convivendo com rato, dividindo banheiro com rato, a cama com a barata e o chão com a água, né!"*. Ao abordar esse tipo de segurança básica, numerosas são as menções feitas aos filhos. Em segundo lugar, apesar de terem sido beneficiárias de uma casa própria através de um processo de remoção, a propriedade extingue o risco de remoção, e fornece um reforço da cidadania, em particular pelo fato de "ter um comprovante de endereço no seu nome", porta de entrada para outros direitos e reconhecimento social.

Do ponto de vista "da apropriação da moradia em si", materializada em um apartamento de 48 metros quadrados, o acesso a propriedade representa uma extensão da cidadania e a desapareição de diversos tipos de inseguranças, medos e ameaças com relação ao habitat. Esses fatores constituem também elementos que, por um lado, validam a "ideologia do habitar" no que diz respeito ao acesso à propriedade, e, por outro lado, ratificam uma melhoria com relação à moradia anterior, cumprido um dos aspectos da "utopia com relação ao tipo de habitat": o que se esperava de uma nova moradia? Segurança e dignidade.

De forma muito distinta, nos conjuntos Florestan Fernandes e José Maria, produzidos pela modalidade MCMV-Entidades em Cidade Tiradentes, as famílias moradoras foram indicadas pelo movimento de moradia UNMP/Leste 1. Nesses casos, a chegada ao conjunto é o desfecho aguardado de um processo longo e trabalhoso. Dentre as participantes do grupo focal, a maioria vivia de aluguel, um fardo excessivo em um orçamento familiar minguado, e já participava do movimento anteriormente. Do ponto de vista da "ideologia do habitar", o caráter coletivo e processual é, aqui, predominante, enquanto a "utopia" do habitar se materializa no acesso da propriedade para fugir de aluguéis pesados ou de habitação em situação de ilegalidade.

A trajetória de chegada até o conjunto não é então o caminho em direção a algo pronto, e que não pôde ser escolhido, mas um processo de construção. Além disso, anterior à chegada ao conjunto em si, está a chegada ao movimento de moradia, que acontece de formas variadas, mas em geral por indicação de uma pessoa próxima.

Juceli: (...) Eu conheci o movimento de moradia por uma amiga que me apresentou, ainda não tínhamos esse terreno, só tinha as demandas na Fazenda da Juta. Vim fazer a inscrição, passamos a ir à luta, trabalhando aqui, e agora já faz um ano que estamos aqui.

Tiana: (...) Eu morava lá em Vila Prudente antes de vir para cá, eu fui apresentada por uma amiga que trabalhava comigo e apresentou o grupo... Um dia por um acaso começou, ela me falou do movimento, fiquei meio assim, mas comecei a ir nas reuniões, foi uma coisa de Deus mesmo. Fiquei no grupo que a gente fazia na Vila Ema uns 8 meses, continuei, e já vim para cá, surgiu uma vaga e eu vim coordenando.

Cleide: Eu vim do aluguel, eu morava aqui no Maia, perto de onde a Cris mora, em Tiradentes. Eu pagava aluguel, e eu conheci uma moça que me apresentou, perguntou se eu queria fazer a inscrição da moradia, eu falei sério?

Valéria: Eu não tinha muito conhecimento referente ao movimento, então eu fui através de uma colega minha, que tinha desistido de um grupo de origem que ela frequentava, então ela me indicou o grupo de origem. E eu fui lá para ver se realmente era verdade. Realmente, isso é verdade. Comecei a ir, fiz a inscrição, comecei a frequentar o grupo de origem e a participar dos atos. Então a gente tem aquelas pontuações de participação, e quando surgiu a vaga para o terreno precisou dos dados e da quantidade de pontuação que a gente frequentava.

O movimento possui uma estrutura organizacional própria e ingressar nele significa comprometer-se com a participação em diferentes atividades. Dentre elas, as reuniões dos grupos de origem têm especial importância, funcionando como uma espécie de porta de entrada para o movimento. Os grupos acontecem em diferentes bairros da cidade, reúnem com frequência quinzenal as famílias inscritas e são espaços onde os participantes entram em contato com a história e as bandeiras do movimento, participam de formações e de discussões política, em especial sobre os problemas de acesso à terra no Brasil, dispondo de ferramentas que vão lhes permitir uma compreensão aprofundada do problema da moradia como parte de questões mais amplas, sendo uma instância produtora de politização (Tatagiba e Teixeira, 2016). É também nos grupos de origem que são levantadas propostas encaminhadas para as assembleias da coordenação do movimento, e também ali que se registra e contabiliza a pontuação de cada participante, critério e fator de priorização para atendimento quando o movimento conquista um novo empreendimento habitacional (Tatagiba e Teixeira, 2016; UNMP, Movimento Sem Terra Leste 1 e Ambiente Arquitetura, 2024). Mais do que uma instância burocrática, a participação no grupo de origem permite a produção de laços e de uma identidade comum entre os participantes, que são importantes tanto para a permanência na luta, que pode ser longa e custosa, quanto para o processo de chegada ao conjunto.

Cleide: Fiquei um ano e pouco nessas reuniões, e em um certo dia, estavam precisando de coordenação, nós éramos apoio. Meus filhos eram pequenos, hoje estão grandes, e meu esposo levantou a mão e disse que aceitava, meu esposo pegou a minha mão e levantou, e eu não queria, era dor de cabeça, até hoje ele dá risada da minha cara. Fiquei três anos e pouco na coordenação, indo para os atos, como é que se fala, viajava, fiquei com a pontuação boa, porque nós da origem, tínhamos uma pontuação para poder conseguir o terreno. Eu tinha uma pontuação que até hoje não sai da minha cabeça: 324 pontos. Uma coisa bem marcada para mim. Surgiu uma vaga aqui, a Cris perguntou se eu queria, eu era uma das primeiras, e eu falei que claro que sim, não estou escolhendo o local, quero moradia.

O processo de construção por mutirão e autogestão exige também o trabalho braçal das famílias participantes, um comprometimento de tempo de vida e força de trabalho custoso para as famílias envolvidas. No caso destes conjuntos, como mencionado anteriormente, não

só todo o processo de construção levou muito mais tempo do que o planejado, por falta de repasses públicos, como isso exigiu trabalho a mais dos futuros moradores, em vigílias e na finalização da obra.

Valéria: Quando pegamos o terreno aqui era só mato, terra e uma casinha lá no fundo, nós viemos limpar aquela casinha e começou todo o processo. Então a gente fazia, inclusive até uma cabaninha para podermos dormir e fazer as vigílias aqui, tudo em grupo, fazer as vigílias. Começar frequentar o nosso próprio espaço, nosso próprio local, sabendo... Quando eu entrei na época, (...) na lista tinha um número muito alto, só que muitas pessoas foram desacreditando e foram saindo, porque não acreditavam no projeto, então muita gente desistiu. E eu fui indo, e tem um ano hoje que vim para cá. (...) Hoje está construído, tudo bonitinho, tudo direitinho, tudo perfeito aqui, nesse terreno (...). Hoje, tem um ano que eu estou aqui comemorando o que eu plantei, na verdade, junto com o movimento, porque a gente pegou tijolo, cimento, pá e enxada, quem está aqui sabe, um foi ajudando o outro, porque não foi feito pela construtora, mas sim, por uma empreiteira contratada. Então nós vínhamos aos finais de semana para deixar os empilhamentos próximos, para eles agilizarem os processos de construção. Hoje nós estamos aqui, com o apartamento pronto e entregue.

Como explica Valéria, o processo teve início com a limpeza e a vigília, em que era “tudo em grupo”. Assim começaram a frequentar aquele espaço, que se tornaria delas. Essa preparação cria as bases não apenas para a convivência no conjunto, mas para a percepção (e construção) daquele como o seu lugar na cidade, o seu lugar no mundo o que, contrariamente aos horizontes espaciais e urbanos das mulheres do grupo focal de Pimentas, representa talvez uma concreção mais ampla do habitar. De alguma forma, a trajetória delas até o conjunto habitacional, através de um longo processo de construção, de inserção em um coletivo e de luta pelo acesso à casa própria, sejam, simultaneamente, de construção e luta coletiva pelo acesso à cidade. A identificação com um lugar, se sentir “parte” de um lugar, aqui a partir da questão do habitar pensada de forma ampla e multiescalar, retomando Giglia (2022, p.276): *“implica múltiplas apropriações progressivas do lugar, mas que não se desenvolve somente no lugar em questão, ou seja, deve ser estudado no contexto da metrópole da qual faz parte”*.

PERCEPÇÃO, ADAPTAÇÃO E APROPRIAÇÃO A UMA NOVA MORADIA

O processo lento e gradual de entrada das famílias mutirantes nos conjuntos residenciais Florestan Fernandes e José Maria e o trabalho que empregam na construção do lugar onde viverão parecem contribuir para a criação de vínculos e um sentimento de pertencimento que, por sua vez, contribuirão para as relações de vizinhança e para uma percepção positiva sobre os conjuntos residenciais. A adaptação à nova moradia acontece nesse processo e, ao se mudarem para lá, as famílias mutirantes já o consideram “sua”, isto é, se apropriaram. As relações de proximidade não são necessariamente fáceis ou eximidas de conflito, mas foram construídas gradualmente, em um processo político.

Eliane: Nós nos organizamos assim, aprendemos muito sobre cidadania, aprendemos muito sobre como conviver em grupo, porque todo mundo aqui morava em casa ou morava com a família, mas morar todo mundo junto, conhecendo todo mundo era difícil. Então, nós trabalhávamos juntos, nos conhecíamos. Claro que ainda assim, não foi fácil, porque depois vem as famílias, quem me conhece não conhece meus filhos, não conhece o meu marido, (...) mas a gente já tem uma ideia de como seria.

Ainda que no momento da mudança o conjunto residencial não estivesse ainda finalizado, sem acabamentos e, em muitos dos prédios, sem elevador, as dificuldades encontradas nessa entrada na nova moradia são narradas menos como contingências aos quais devem se resignar do que como dificuldades que buscam superar, sempre através da coletividade.

Eliane: É trabalhoso, não é fácil, nem sempre é satisfatório, porque as pessoas entram esperando sempre mais. E às vezes, não acontece nem mais, nem menos, mas acontece devagar, e as pessoas às vezes não entendem. Às vezes a gente mesmo não entende, todo mundo tem esse momento. Mas eu acho que é muito gratificante hoje eu estar dentro da minha casa.

De forma oposta, entre as moradoras do Residencial Esplanada, no Pimentas, a quem não foi dada a possibilidade de estabelecerem de antemão um vínculo com seu futuro local de moradia, já que foram "jogadas para lá", sem sequer poderem visitar o empreendimento antes de terem de aceitar ou rejeitar o acordo de transferência, a situação dá-se de outra forma. Quando chegam ao conjunto, se deparam com muitos problemas. As percepções negativas que emergem com veemência não são apaziguadas, como nos empreendimentos do Entidades, por serem resultado de uma construção em processo, mas por uma certa resignação de que as coisas são como são, e a elas lhes cabe aceitá-las.

Edilene: (...) no começo foi um perrengue, faltou água, gás... A caixa d'água tá a tempo de cair em cima do condomínio.

Edilene: É [riso], então assim no começo foi um perrengue, para poder adaptar isso foi difícil, mas agora foi se ajeitando.

Joana: Na verdade não adaptou, a gente que aprendeu a sobreviver, né!

Lucélia: Lei da sobrevivência.

Os problemas com que se deparam não são apenas construtivos ou relacionados aos serviços essenciais para a vida cotidiana, como água e gás, mas também se referem à coesão social (ou melhor dizer, à ausência dela) em um contexto de vulnerabilidade. Como explicam as participantes do grupo focal, o residencial passou por roubos de caixa por parte de antigos síndicos, e enfrenta um problema crônico de inadimplência das taxas condominiais, o que impede que sejam realizadas manutenções e melhorias necessárias. E embora elas debatam sobre as dificuldades que isso gera para a vida comum, também admitem que, na situação em que a maior parte das famílias residentes se encontra, não existe disponibilidade orçamentária para pagar as taxas de condomínio, a prioridade será sempre "colocar comida na mesa".

Ao debaterem as dificuldades vividas, as participantes se alternam entre se sentirem sem alternativa, fadadas a permanecerem ali, pelo menos até se cumprir o prazo em que receberão a titularidade e poderão vender o imóvel e buscar um lugar melhor, e uma perspectiva mais positiva e otimista, que considera a possibilidade de que a vida melhore. As falas mais positivas, em geral remetem ao seu lugar de origem, as condições ainda mais precárias que experimentaram nas ocupações e favelas de onde vieram.

Fabiana: (...) hoje não temos documentação desse condomínio, a gente não pode vender, não pode fazer nada, e fica presa nesse condomínio.

Lucélia: Acho que assim, o lugar quem faz é você, né!

Edilene: Exatamente

Lucélia: Independente da onde você estiver. Igual, muitos, muita gente reclama do Esplanada, né! ...

Edilene: Crítica, né!

Lucélia: ... do condomínio, mas assim, o lugar quem faz é você.

Edilene: Exatamente

Joana: (...) Porque eu não tenho o que reclamar da minha casa, afinal se não fosse ela, hoje estaria num barraco, convivendo com rato, dividindo banheiro com rato, a cama com a barata e o chão com a água, né! Então, não tenho muito do que reclamar, eu, eu dou graças a Deus no meu apartamento, mas aí opiniões diferentes, né! Cada um pensa do seu jeito. Eu não tenho do que reclamar.

Edilene: Ah, eu amo meu apartamento.

Lucélia: Eu também, amo o meu.

Edilene: Eu amo meu apartamento e eu amo o Esplanada.

Joana: Hoje em dia, hoje em dia, querendo ou não você tem seu apartamento, não é as mil maravilhas, eles deixaram pela metade? Deixaram, mas eu tenho que agradecer, porque é minha casa.

No entanto, na escala da moradia em si, apesar do valor dado ao acesso à propriedade, as mulheres enfatizaram de forma unânime que o tamanho dos apartamentos - de 46m² ou de 48 m² - não corresponde às estruturas familiares. Do ponto de vista da expectativa (do que se espera do tipo de habitat), a utopia com relação ao tipo de habitat, parece ter permanecido na favela, porque as narrativas lamentam ter adquirido uma moradia que não pode crescer, à exemplo de Eliene: *"Lá em casa vai ser onze, como é que vai ser? O apartamento eles não deram um que estique, só fica naquilo"*.

Na escala do condomínio, isto é, no que diz respeito ao tipo habitacional que podemos denominar de "conjunto residencial popular fechado", as relações de vizinhança não parecem contribuir para o bem estar da vida coletiva cotidiana. Lembrando que o habitat é extensível e transborda a moradia em si, ressaltamos a sensação de discriminação e de estigmatização

- por partes de outros “blocos” (habitantes) - vivida e sentida pelas participantes do grupo focal, limitando a apropriação do lugar e o sentimento de pertencimento. Esses conflitos e estratégias de diferenciação entre os blocos, lembram curiosamente, o famoso estudo de Norbert Elias e John Scotson (1965), sobre a comunidade de Winston Parva: *The established and the outsiders: a sociological enquiry into community problems*. Como em Winston Parva, apesar do Esplanada ser a priori homogêneo em termos socioeconômicos (“Faixa 1” do PMCMV), as mulheres do grupo focal narram, por parte de outras pessoas (principalmente de outros blocos), comportamentos que denotam micro diferenciações e estigmas. A fala de Joana é bem ilustrativa nesse sentido, e mostra, simultaneamente, a diferenciação interna ao conjunto habitacional, e, uma “utopia do habitar”, ainda pautada no respeito e na igualdade do modo favelado de habitar:

Todo mundo se respeita, ali [na favela, na comunidade] tem um respeito mútuo. Tipo, ninguém se acha melhor que ninguém ao contrário de qualquer... que nem no Esplanada, veio todo mundo do mesmo lugar, mas é como a Irene falou, hoje em dia porque tem uma porta de 500 e um piso de 1000 se acha melhor que aquele vizinho que ajudou muitas vezes ele. Então assim, na comunidade não tem isso, é um padrão de igualdade.

SEGREGAÇÃO E DIFICULDADES DE MOBILIDADE

Como mencionado na introdução, ambos os grupos focais foram realizados em conjuntos habitacionais localizados em distritos periféricos, nos extremos da mancha urbana, e, portanto a uma distância considerável dos centros dos dois municípios, onde concentram-se as oportunidades de trabalho. São, não obstante, ambos conjuntos residenciais situados em localizações relativamente centrais dentro das periferias onde se encontram, elogiados em termos de acesso a serviços públicos e privados. Tanto em Cidade Tiradentes quanto no Pimentas, os conjuntos estão a uma caminhada de até 10 minutos do terminal de ônibus principal, de onde chegam e saem ônibus para várias partes da cidade ou até para municípios vizinhos. Mesmo assim, nos dois casos a mobilidade é relatada como um dos aspectos mais difíceis da vida cotidiana, não tanto pela falta de alternativas de transporte, mas por limitações e saturação da rede viária, com enforcamentos que muitas vezes fecham os acessos aos bairros, criando situações em que não é possível sair dali.

Nos conjuntos José Maria e Florestan Fernandes, em Cidades Tiradentes, o problema principal está na Avenida Ragueb Chohfi, que conecta os bairros do extremo leste com a Avenida Jacu Pêsego.

Tiana: Eu acho que Ragueb é uma tristeza, para mim, é uma pedra na Cidade Tiradentes, porque qualquer coisinha você trava, é uma hora, duas horas, tem que ficar mais de 8 horas parada no ônibus, aconteceu um acidente, você não tem saída, ou você espera, ou você vai a pé. Tem gente que vem a pé, quilômetros e quilômetros.

Simara: Morei em Belém, na Fazenda da Juta, em Sapopemba, por muitos anos, e você tinha essa coisa de caminhar até o metrô, você ia a pé para o centro, tinha Sesc do lado, era outra história, um bairro planejado, você tem acesso ao Brás, ao centro. Vindo para cá, eu me senti um pouco presa, porque é isso, quando você sai daqui você não consegue chegar tão rápido (...) temos que sair mais cedo para conseguir chegar nos locais. Você gasta 1 ou 2 horas só de transporte público.

Cris: A questão do transporte é algo que me pega. Acordar 4 horas da manhã, é um deslocamento para sair daqui para fazer as coisas. É assim, a gente chega estressado por causa do transporte, toda vez que eu tenho que ir para algum lugar que é muito longe, eu volto muito chateada.

Já no conjunto do Pimentas, os nós na mobilidade são tanto a ladeira entre o terminal e o conjunto, do qual as participantes do grupo focal reclamam, e o trevo que liga o bairro à Rodovia Presidente Dutra, que “trava” nos horários de pico. Somado ao custo do transporte público, proibitivo para a maioria dos moradores do conjunto, o resultado é uma restrição à possibilidade de desfrutar da cidade.

Ao final do grupo focal, quando a mediadora pergunta se as mulheres no Esplanada trabalham, várias participantes respondem que não trabalham, ao que uma delas acrescenta: “Tudo em casa com depressão, com os filhos tudo doente, sem comida e as contas cortadas”. A essa fala forte se somam várias outras, que vão contando casos de vizinhas que saltaram da janela do apartamento, ou ainda uma estimativa de que 80% das moradoras do residencial teriam depressão. Segue-se então um debate sobre a depressão generalizada e sobre a situação que vivem, que, nas palavras de Joana, “foi do ruim, para o péssimo, do péssimo para o pior, do pior para o não tem jeito”. As dificuldades financeiras das participantes são inúmeras, algumas são mãe-solo, os maridos de duas delas estão presos, e, como novamente coloca Joana, “são poucas aquelas que tem um casamento que fala assim: ‘Não, o meu marido presta para alguma coisa’”. Carregando sozinhas a carga da criação de filhos muitas vezes pequenos e numerosos, não podem perder horas no transporte público em direção a um emprego mal remunerado, e como consequência muitas delas simplesmente se veem obrigadas a deixar de trabalhar. As formas de segregação e apartação em relação à cidade mostra, ter consequências graves para a vida cotidiana destas mulheres.

A CIDADE COMO CONSTRANGIMENTO E COMO POSSIBILIDADE

Nos dois grupos focais as dificuldades próprias à vida em periferias longínquas, como o tempo gasto no transporte, os serviços públicos de saúde e educação precários ou insuficientes, as poucas possibilidades de lazer e a parca oferta de trabalho são vividos, via de regra, como constrangimentos ao pleno desfrute da vida urbana. Entretanto, a análise dos dois grupos focais mostra que a experiência política e coletiva vivenciada nos mutirões autogeridos criam nos participantes uma disposição para a luta que, terminada a construção do empreendimento habitacional, passar a ser direcionada à cidade.

Valéria: Não é só a moradia, ela começa com a moradia, só que você não vai morar em um bairro que só vai ficar moradia, você quer desenvolvimento. Então a luta na verdade continua. E assim, dentro do processo do movimento, eu participei, inclusive de um plano diretor, onde você leva as situações do bairro, para poder apresentar, para ver o que para o que deve ser feito de projeto

Eliane: Muitos daqui não conseguem parar. Tem um que está correndo atrás de uma associação. Tem outro que vai na subprefeitura, o conhecimento de cidadania que a gente teve aqui fez com que muitos conseguissem se movimentar também em prol do bairro.

Nesse processo, as contingências deixam de ser experimentadas como constrangimento. Da mesma forma que a falta de moradia foi superada por meio de uma luta coletiva, as dificuldades cotidianas e aqueles aspectos difíceis da vida urbana passam a ser percebidos como passíveis de transformação. A cidade não é enxergada apenas como fato, mas como possibilidade.

Eliane: Acredito que não só as pessoas boas em si, mas elas também estão tomando consciência do que podem fazer para melhorar. Então o que acontece, juntam duas ou três pessoas (...) que trabalham com isso a vida toda, se precisamos morar aqui, o que faremos, onde procuraremos, quem procuraremos, para organizar isso? Precisa de um curso, tem assistente social, as pessoas se movimentam para fazer algo melhor (...). São grupos pequenos, é uma "associaçãozinha" que tem cinco ou seis pessoas, é mais cinco ou seis pessoas que ajudam ali, e isso vai fazendo um grande grupo de pessoas que ajuda a trazer tudo isto que precisamos, seja numa votação no conselho tutelar, uma movimentação ali, seja uma passeata para a gente saber, às vezes até no grupo dos moradores, avisam se estará fechado se terá paralisação. Quer dizer, as pessoas tomam consciência de que precisa ser feita alguma coisa, nem que seja minimamente.

Não apenas a experiência vivenciada junto ao movimento de moradia, mas também as possibilidades de ampliação escalar da luta que ele proporciona, abrem caminho para que problemas específicos sejam endereçados através de canais específicos.

Silmara: Semana passada eu participei do fórum da região, e começamos a discutir demandas e que precisa rever. A gente tem várias ocupações aqui, muita criança, a educação não suporta, você tem dificuldade na educação, na saúde (...). As pessoas saem daqui para trabalhar lá fora, não conseguem sobreviver aqui. Várias coisas melhoraram? Sim, está melhorando. Tem muito projeto em Cidade Tiradentes? Tem, mas ainda temos que organizar muito para melhorar

Cris: Então assim, eu tenho conversado muito sobre isso com o Edílson sobre o que a gente pode fazer, inclusive, para mudar. Ele disse que é questão de conversar com um deputado mesmo, porque são as mesmas vias desde sempre, com o crescimento impressionante que teve em Cidade Tiradentes, elas precisam abrir, mesmo, porque não suportam mais a quantidade de pessoas que tem aqui. Precisamos fazer uma

luta, está muito ruim. E não é que a gente está longe do centro, a gente está cada vez pior, a nossa chegada até o centro está muito pior por conta da locomoção mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos com esse trabalho oferecer uma análise aprofundada sobre as práticas e representações do habitar em empreendimentos habitacionais periféricos, evidenciando as diferenças significativas entre as modalidades FAR e Entidades no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida. A pesquisa realizada a partir de grupos focais com mulheres moradoras de empreendimentos em Cidade Tiradentes e Pimentas destaca como as trajetórias de acesso à moradia, os processos de construção e as condições de habitação influenciam tanto as práticas espaciais quanto as formas de percepção e apropriação do habitat e da cidade.

Nos conjuntos do modelo FAR, observou-se que a imposição de realocações e a ausência de participação das beneficiárias no processo decisório geraram um distanciamento em relação ao espaço habitado e dificuldades na construção de vínculos comunitários. Em contraste, nos empreendimentos realizados via MCMV-Entidades, o envolvimento direto das moradoras nos processos de construção e na dinâmica coletiva promoveu maior apropriação simbólica e material do território, além de fomentar a mobilização política.

Apesar das melhorias representadas pelo acesso à casa própria, as condições de localização e infraestrutura continuam a impor barreiras à plena integração urbana e ao usufruto da cidade. As dificuldades de mobilidade, a precariedade de serviços públicos e as restrições econômicas limitam o alcance do direito à cidade para essas populações.

Entretanto, os relatos também apontam para a potência das experiências coletivas, especialmente na modalidade Entidades, como catalisadoras de processos de empoderamento e transformação. A luta por moradia torna-se, assim, um ponto de partida para a ampliação das demandas por infraestrutura, serviços e reconhecimento, reafirmando a cidade como um espaço de disputa e possibilidade.

Por fim, este trabalho contribui para o debate sobre a política habitacional no Brasil, enfatizando a necessidade de modelos mais inclusivos e participativos, capazes de promover não apenas o acesso à moradia, mas também a integração ao tecido urbano e a construção de identidades cidadãs. É fundamental que a retomada e o avanço do programa Minha Casa Minha Vida contemple essas dimensões para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais e para a efetivação do direito à cidade.

REFERÊNCIAS

BABY-COLLIN, V. Estar en la ciudad y ser de la ciudad. Convertirse en ciudadano en los barrios populares de Caras y La Paz. **Trace 42**, 2002.

BARAVELI, J. Subsídio e déficit habitacional no programa MCMV. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.49, n.1, p.199-215, jan-jun 2015.

BATISTA, G. O habitar como questão urbana e ambiental. **Geograficidade**, 11 (Espacial), 142-149, 2021.

CARDOSO, A. L. (org). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro, RJ: Observatório das Metrôpoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia : Letra Capital, 2013.

CRUZ, T., LEGROUX, J. Caracterização socioespacial dos Pimentas (Guarulhos-SP): Entre periferia metropolitana e subcentro municipal. **Anais da XXI Semana de Geografia da FCT/Unesp**, Presidente Prudente, SP, 2021.

CRUZ, T., LEGROUX, J. Estigma territorial e diferenciações socioespaciais da/na periferia: o caso do Pimentas (Guarulhos-SP). **Terra Livre**, 37, v.2, n.59, p.396-436, 2023.

CRUZ NETO, O. et al. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, XIII, Anais, Ouro Preto, 2002.

DE CAUNA, Alexandra. Le concept d'habiter au cœur d'une étude sur les quartiers périphériques des villes françaises d'outre mer. **Travaux de l'Institut de Géographie de Reims**, n.115-118, pp.137-142, 2003.

DOURADO, J., SOBRINHO, F. O processo de periferização da habitação financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida. **Sociedade & natureza**, Uberlândia, MG, v.32, 2020.

DRUM, C. Déficit habitacional e impactos econômicos do programa Minha Casa Minha Vida no Rio Grande do Sul. **Dissertação de mestrado** do Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, da PUC do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FERNANDES., MELINO., SOUZA., BARBOSA. Algumas linhas sobre epistemologias periféricas. Experiências da UNPeriferias, seus conceitos direcionadores e frentes de atuação. IN: Paulo César Ramos, Jaqueline Lima Santos, Victoria Lustosa Braga, Willian Haberman. **Periferias no Plural**. Fundação Perseu Abramo, 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO-FJP. **Déficit habitacional no Brasil 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

GERVAIS-LAMBONY, Ph. La citadinité, un arbre dans la forêt ou comment un concept peut en cacher d'autres... Vocabulaire de la ville, **Éditions du temps**, pp.92-108, 2001.

JUNIOR, C., DUTRA, R., LOPES, R., RODRIGUES, R. O impacto do Programa Minha Casa Minha Vida na economia brasileira: Uma análise de insumo-produto. **Ambiente Construído**, 14 (1), março, 2014.

LACERDA, L.; GUERREIRO, I.; SANTORO, P. Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino. LabCidade, 22 abr. 2021. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/>>. Acesso em: 28 abr. 2023

LEFEBVRE, H. **Du rural à l'urbain**. Anthropos (3ème édition), 299 p, 1970 [2001].

LEGROUX, J; SPOSITO, M.-E. Favelas: o ser e o estar da/na cidade, entre fragmentação e apropriação. IN: Maria Encarnação Beltrão Sposito. **Condição e situação periférica: mudanças na cidade em fragmentação socioespacial**. Rio de Janeiro, Editora Consequência, no prelo (2025).

LÉVY, J., LUSSAULT, M (dir.). **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés**. Belin, 2003, Réédition 2013.

NETO, N. *et al.* Grupo focal na análise da fragmentação socioespacial. *In*: Góes, E. & Melazzo, E. (orgs). **Metodologia de pesquisa em Estudos Urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

NISIDA, V. C. *et al.* A inserção urbana dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida na escala local: uma análise do entorno de sete conjuntos habitacionais. *In*: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** 17, no 2 (28 de agosto de 2015): 63.

PÁDUA, R. Habitar como horizonte utópico. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online). v.23, n.3, p.478-493, 2019.

PAQUOT, Th. Habitat, habitation, habiter. Ce que parler veut dire. **Caisse nationale d'allocations familiales**, "informations sociales", 2005/3, n.123, p. 48-54.

ROLNIK, R. *et al.* Inserção urbana no PMCMV e a efetivação do direito à moradia adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo. *In*: SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L. Z; e RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015a.

ROLNIK, R. *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *In*: **Cadernos Metrôpole** 17, n. 33, 127-54, 2015b.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 85-102, jun. 2016.

TORRES, H., MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, (4), 49, 2001.
<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2001n4p49>

UNMP, Movimento Sem Terra Leste 1 e Ambiente Arquitetura. Mutirão José Maria Amaral e Florestan Fernandes. **Cartilha descritiva**, 2024. Disponível em:
https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/09/LESTE_FlorestanJMA.pdf
(consultado em 22/11/24).

VANNUCHI, L. et al. Inserção urbana no MCMV e a efetivação do direito à moradia adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo. In: **Anais ENANPUR**, Vol. 16. Belo Horizonte, 2015.

VASCONCELOS, R., CAMILO, T. Analysis of the Minha Casa Minha Vida Program, and the next steps to reduce the housing deficit according to the literature. **Research and Society Development**, v.12, n.1, 2023.